

AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO E O MODO DE VIDA
CAMPONÊS: (des) territorialidade no município de Poço Verde/SE

*CHANGES IN THE FIELD AND THE WAY OF LIFE PEASANT: (un)
territoriality in the city of Poço Verde/SE*

*CAMBIOS EN EL CAMPO Y LA MANERA DE LA VIDA CAMPESINO:
(des) territorialidad en Poço Verde/SE*

Alberlene Ribeiro de Oliveira

Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão
Pesquisadora do Geoecologia e Planejamento Territorial-GEOPLAN
Aracaju-SE- CEP. 49000-000
E-mail: alberlenegeo@hotmail.com

Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto

Doutora em Geografia pela UNESP-Rio Claro-SP
Mestre em Geografia Física Universidade de São Paulo
Professora do Núcleo de Pós Graduação Em Geografia da
Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão
Pesquisadora do Geoecologia e Planejamento Territorial-GEOPLAN
Aracaju-SE- CEP. 49000-000
E-mail: josefaeliane@ufs.br

Resumo

Com o desenvolvimento do capitalismo, as transformações ocorridas no campo brasileiro provocaram mudanças na produção, na organização do espaço geográfico e nas relações sociais de trabalho ampliando assim, a desigualdade social, por meio da exclusão, desapropriação territorial e domínio social da maior parte da população rural. O Estado passa a desenvolver uma série de políticas guiadas pela lógica de financeirização, pautada no capitalismo industrial, desterritorializando o camponês. O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as mudanças no meio rural e como o camponês reage diante dessas transformações, com ênfase ao município de Poço Verde/SE. A elaboração se estabeleceu a partir de um referencial teórico e realizou-se pesquisa de campo por meio de entrevistas. As sociedades camponesas no decorrer dos processos históricos ocorreram alterações tanto na sua estrutura familiar quanto no modo de produzir e de se organizar economicamente e também o cultural, pois tiveram que se alocar dentro de uma nova ordem de relações imposta pela sociedade capitalista.
Palavras-chave: Camponeses; Territorialidade; Desterritorialidade; Trabalho.

Abstract

With the development of capitalism, the transformations occurred in the Brazilian countryside led to changes in production, organization of geographic space and social

relations of work, thus expanding the social inequality, through exclusion, the social and territorial dispossession of most of the population countryside. The State is developing a series of policies guided by the logic of financialisation, based on industrial capitalism, deterritorializing the peasant. This paper aims to reflect on the changes in the rural peasant and how these react to changes, emphasizing the Poço Verde / Se. The preparation was established from a theoretical and has been field research through interviews. The peasant societies over the historical processes changes occurred both in their family structure as the way to produce and organize themselves economically and also cultural, since they had to allocate within a new order of relations imposed by capitalist society.

Keywords: Peasants; Territoriality; Desterritorialidade; Work.

Resumen

Con el desarrollo del capitalismo, las transformaciones ocurridas en el campo brasileño llevó a cambios en la producción, la organización del espacio geográfico y las relaciones sociales de trabajo, ampliando así la desigualdad social, a través de la exclusión, el despojo social y territorial de la mayoría de la población campo. El Estado está desarrollando una serie de políticas orientadas por la lógica de la financiarización, basado en el capitalismo industrial, desterritorialización del campesino. Este trabajo pretende reflexionar sobre los cambios en el campesino rural y la forma en que reaccionan a los cambios, haciendo hincapié en el Poço Verde / Se. La preparación se estableció la partir de una parte teórica y la investigación de campo ha sido a través de entrevistas. Las sociedades campesinas en los procesos históricos ocurrieron cambios tanto en su estructura familiar como la manera de producir y organizarse económica y también cultural, ya que tenían que asignar dentro de un nuevo orden de relaciones impuestas por la sociedad capitalista.

Palabras clave: Campesinos, Territorialidad; Desterritorialidade; Trabajo.

Introdução

A expansão do sistema capitalista em escala mundial subordina as formas de produção no campo e redefine as novas relações de trabalho tendo como base gerar renda para o capital.

Nota-se que existem camponeses que resistem ao capital, tendo a terra como fonte de subsistência, seu modo de vida. Lutam por terra de trabalho porque querem continuar no campo. Mas, contraditoriamente, há aqueles que vendem a sua força de trabalho e passam a serem trabalhadores rurais precarizados nesse sistema tão perverso

e predatório que exclui a maioria da população e que conseqüentemente influencia na qualidade de vida dos mesmos.

O modo de vida do camponês perpassa por significados e valores modelados pela cultura que nutrem a região. Mas, ao mesmo tempo acaba rompendo os laços de ajuda mútua nas atividades agrícolas entre os membros da comunidade, devido ao avanço do capitalismo.

O Estado passa a desenvolver políticas guiadas a lógica da financeirização, pautado na transformação da agricultura tradicional em agricultura química capitalista, intensificando o processo de desterritorialização dos camponeses. Assim, as políticas neoliberais acabam acelerando o processo de industrialização da agricultura que nada mais é do que a penetração do capital no campo, beneficiando sempre o latifundiário.

O momento histórico é diferente, porém a função e a forma continuam a mesma do passado. Isso tem aumentado às desigualdades sociais, por meio da exclusão, desapropriação territorial e domínio social da maior parte da população rural.

A presente investigação científica tem como objetivo refletir sobre as mudanças no meio rural e como o camponês reage diante dessas transformações, com ênfase ao município de Poço Verde/SE.

A elaboração se estabeleceu a partir de um levantamento bibliográfico com base em uma literatura pertinente ao estudo da pesquisa que auxiliaram como embasamento teórico. As leituras referiam-se a textos de Agricultura, Políticas Públicas, Território, Camponês, Climatologia Geográfica e Meio Ambiente.

Realizou-se pesquisa de campo para o reconhecimento da área de estudo e foram feitas entrevistas semiestruturadas com oitenta camponeses das Localidades Santa Maria das Lajes, São José, Cacimba Nova e Rio Real, para identificar os desafios enfrentados pelos mesmos com a realização das atividades agrícolas, as novas técnicas inseridas no campo e as mudanças que ocorreram na sua estrutura organizacional familiar, econômica e social com os novos arranjos do sistema capitalista. Além disso, foi construído material icnográfico das plantações do milho e do feijão das referidas localidades.

O artigo se divide em duas partes, além da introdução e das considerações finais. No primeiro apresenta-se brevemente a respeito da concepção acerca da territorialidade e do camponês demonstrando a visão de diversos autores que se debruçaram sobre essa

questão. Em seguida faz-se uma análise sobre a questão agrária/agricultura e as relações sociais dos camponeses, dando ênfase ao município de Poço Verde/SE.

É um desafio discutir acerca da Territorialidade e Camponês e faz repensar as questões sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, e os paradigmas em que elas foram estabelecidas.

Discussões teóricas sobre Territorialidade e Camponês

As discussões teóricas são relevantes para compreendermos acerca dos conceitos de territorialidade e camponês, no qual fora desenvolvido e analisado por múltiplos autores que elucidam diferentes concepções ao abordar as questões políticas, econômicas ou culturais, dentro do contexto do modo de produção capitalista.

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais, é um dos produtos socioespaciais do movimento das contradições sociais sob a tríade economia, política e cultura (EPC), que determina as diferentes territorialidades no tempo e no espaço, as próprias desterritorialidades e as re-territorialidades. A perda e a constituição de um novo território nascem no seio da própria territorialização e do próprio território. Contraditoriamente, a des-re-territorialização é composta por processos socioespaciais concomitantes e complementares (SAQUET, 2003). Além disso, o autor afirma que,

A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural-agrário e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida (2009, p. 90).

Nota-se que o autor engloba os aspectos relevantes que define a territorialidade, a desterritorialidades e a re-territorialidade em escala temporo-espacial. Além disso, relata que as relações sociais não decorrem de forma isolada, mas por meio de pessoas e de processos produtivos em redes formais e informais. Portanto, o processo contínuo de formação do território é denominado por alguns autores de territorialidade.

Outra contribuição de suma relevância é a de Robert Sack (1986) que entende a territorialidade como a tentativa de um indivíduo ou grupo social de influenciar,

controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações, delimitando e efetivando o controle sobre uma área. A territorialidade é fruto das relações econômicas, políticas e culturais, por isso, se apresenta de diferentes formas, imprimindo heterogeneidade espacial, paisagística e cultural. Para ele, territorialidade é uma expressão geográfica do exercício do poder em uma determinada área e esta área é o território.

Segundo Raffestin (1993, p.143-144), “o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja pela energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”.

Para Rivera (2009, p. 200) a territorialidade,

El grado de dominio que tiene cierto sujeto (s) en un espacio geográfico, así como el conjunto de prácticas y sus expresiones materiales y simbólicas, capaces de garantizar la apropiación y permanencia de un territorio dado bajo algún agente (s). Los sujetos que ejercen territorialidades pueden ser individuos, grupos sociales, grupos étnicos, etc. Las territorialidades se crean, recrean y transforman históricamente en procesos complejos de territorialización o desterritorialización, impulsados a través de mecanismos consensuados (comunidades residentes en áreas planificadas) o conflictivos (ocupación de áreas por procesos de invasión de comunidades desplazadas), de carácter gradual o abrupto.

Nota-se que o autor enfatiza as relações de poder no espaço geográfico em que o homem se apropria desse espaço, cria, recria e altera no decorrer dos processos históricos e que conseqüentemente provocará a territorialização ou desterritorialização, levando a exclusão social.

A territorialidade para Haesbaert tem um caráter de abstração, não de forma simplista, mas epistemológica e insere aspecto político-cultural, mesmo que o território não seja materialmente revelado.

No tocante a origem do campesinato brasileiro deu-se num contexto colonial, que privilegiou o latifúndio e proporcionou a ocupação de áreas marginais e bloqueou o seu desenvolvimento. Dentro deste contexto, serão discutidas concepções de autores acerca dessa temática.

Para Shanin (2005, p. 09), os camponeses:

“não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses

continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês.

Nesse sentido, o autor relata que mesmo com a agricultura capitalista no campo, existem camponeses que persistem na sua propriedade rural familiar pela exploração do trabalho, mas não busca a acumulação de capital, portanto visa à subsistência de sua unidade familiar. Dentro deste contexto, foi possível identificar esse tipo de camponês no município de Poço Verde/SE, que para ele a Terra é vida, é a sua condição de sobrevivência material, social e cultural, embora essa realidade exista em menor evidência.

Na perspectiva de Martins (1981, p.16), as define como um “camponês que quer entrar na terra, que, ao ser expulso, com frequência retorna a terra, mesmo que seja distante daquela de onde saiu”. Portanto, pode-se dizer que os camponeses são sujeitos históricos que se reproduzem por meio da resistência.

“[...] a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade [...]” (p. 22-23).

Castro (2009, p. 160-161) relata que,

Os grupos camponeses expostos a experiências de transformação de seu modo de vida procuram sempre dar sentido e significado ao novo contexto no qual se inserem. A permanência na terra, a luta para conquistá-la e as representações que retém o substrato da vida camponesa são traços de um tradicionalismo que surge ressignificado. O reconhecimento das territorialidades camponesas, nas suas diversas formas, tem, no atual contexto, permitido identificar um campo significativo de lutas. [...] grande parcela do campesinato resiste ao processo de dominação e de exploração capitalista pelas classes dominantes, opondo-se aos valores existentes, procurando estabelecer preceitos que sustentem suas causas e criando meios de ação concretos que orientam novas condutas contra as antigas. Ou tornam-se partidários de um sistema de crenças que permite uma elaboração doutrinária tanto em sua forma de organização quanto na expressão do descontentamento, lento e radical, apontando na direção da resistência. Sobremaneira, as formas de resistência não devem ser entendidas como congelamento da potencialidade de luta e enfrentamentos com a sociedade, mas como estratégias de superação das condições de exploração e dominação.

Dessa forma, o autor explicita que os camponeses, no cotidiano da produção, são capazes de criar relações sociais e preservar os conteúdos da cultura do grupo, não perdendo os seus valores e costumes na comunidade. As resistências do camponês, são

estratégias de lutar pelos seus direitos a terra e seus direitos civis, defendendo assim os seus estratos sociais territorializados.

A questão agrária-agrícola e as relações sociais dos camponeses no município de Poço Verde/SE

A questão agrária foi e são marcados pela concentração de terras nas mãos de pequenos grupos capitalistas, os latifundiários, priorizando o mercado externo. A luta pela terra de trabalho não resulta dos tempos atuais, isso vem ocorrendo desde o período colonial.

Assim, Prado JR (1968, p.111) afirma que “a economia agrária brasileira não se constituiu na base da produção individual ou familiar, e da ocupação parcelária da terra, como na Europa, e sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado”.

O território onde está localizado o município de Poço Verde datam-se as primeiras penetrações no início do século XVII, em 1609, quando Antônio Guedes, poderoso fazendeiro brasileiro da época adquiriu lotes de terras (sesmarias), no qual foi implantado um regime de exploração baseado na propriedade privada de pecuária extensiva, cuja história da colonização ocorreu também nas demais regiões de Sergipe e do Brasil.

Localizado na margem direita do Rio Real, este território encontrava-se dividido principalmente em grandes propriedades, pertencentes a pessoas influentes que empregavam em boa parte das terras um tipo de trabalho voltado para a plantação, principalmente, de feijão, milho, algodão e mandioca (além da criação de gado), por conta das condições climáticas da região, que eram propícias ao cultivo dessas culturas, que poderiam adaptar-se com mais facilidade às “secas que ali ocorrem com frequência e por tempo prolongado” (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIRO, 1959, p. 411).

Segundo Oliveira (2008), uma dessas propriedades que surgiram nos limites da sesmaria doada a Antônio Guedes em 1609, cujas fronteiras abrangiam a região da Bahia que se tornaria palco de disputas entre esta e Sergipe, passou a ser conhecida, já no início do século XIX, como “Fazenda Poço do Rio Real”.

Em 1839 o Sr. Sebastião da Fonseca Dória compra as fazendas Poço Verde e Tabua o Visconde e Viscondessa da Torre de Garcia D' Ávila que abrangia áreas do lado da Bahia e de Sergipe, como consta na escritura de compra de venda desses sítios:

Saibam quanto este público Instrumento de Escritura de Compra e Venda, paga, quitação, e obrigação, ou como em direito melhor nome e lugar haja verem que sendo no Anno do Nascimento e Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos trinta e nove, Dessimo oitavo da Independencia e do Imperio do Brazil aos doze dias do mez de Novembro do dito anno nesta Villa de Santa Thereza do Pombal Comarca de Itapicurú de Cima Provincia da Bahia em meo Cartório aparecerão presentes pessoas entr si outorgantes, digo si otorgados havidas e contractadas , asaber de huma parte como vendedor o Alferes Manoel Felix de Andrade Procurador dos Excellentissimos Visconde, e Viscondessa da Torre de Garcia d'Avilla [...]; e de outra parte como comprador acertante Sebastião da Fonseca Doria, aquelle morador na Imperial Villa do Tucano, e este no Termo da Villa de São João Baptista de Jeremoabo [...].¹

A origem do nome do município tem sua influência na existência de um poço formado pelas águas do Rio Real que nos longos períodos de estiagem não secava e nas margens germinava uma vegetação que permanecia sempre verde, sendo assim surgiu o nome Poço Verde. A povoação deu início à margem direita do Rio Real (Bahia) em 1863 e gradativamente foi sendo transferidos para o lado esquerdo do lado de Sergipe, iniciando-se com a construção da Capela da Santa Cruz e do cemitério, ambos são relevantes para a história deste município. Segundo a Enciclopédia dos Municípios (2002), o motivo da transferência tinha sido a preferência da jurisdição de Sergipe, em vez da do estado da Bahia, isto acontecendo ou por questão fiscal, ou de ordem política.

Nesta perspectiva Saquet (2003, p. 3) ressalta que “o território é compreendido como fruto de processos de apropriação e domínio de um espaço, inscrevendo-se num campo de forças, de relações de poder econômico, político e cultural”.

O município de Poço Verde fica situado no extremo sudoeste do Estado de Sergipe, como consta na figura 1, limitando-se a leste com o município de Simão Dias, ao sul com Tobias Barreto e ao norte e oeste com o Estado da Bahia entre os municípios de Paripiranga, Adustina, Fátima, Heliópolis e Ribeira do Amparo.

¹ Documento transcrito em 1942 por Epifânio Doria para a Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Anos XV-XXV (1930-1940), N. 16 – Volume XI, p. 121.

A área municipal de 380,7 km² que corresponde a 18,47% da microrregião e 1,72% do estado de Sergipe com a distância aproximadamente de 145 km da capital. É composto aproximadamente por 22000 habitantes de acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – 2010). Atualmente a população urbana ultrapassa a rural, pois com a tecnificação e expropriação dos camponeses, reduziram o número de trabalhadores e algumas famílias se deslocaram para a cidade em busca de “melhores condições de vida”.

As terras no município de Poço Verde/SE foram adquiridas na sua maioria por meio da compra, outras por herança e também pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Assentamento de Santa Maria das Lajes, com vinte e seis famílias assentadas. Desenvolvem-se principalmente a atividade agrícola, além da pecuária e também outros trabalhos como o artesanato, cosméticos tendo como matéria-prima a palma, ocorrendo assim, a pluriatividade.

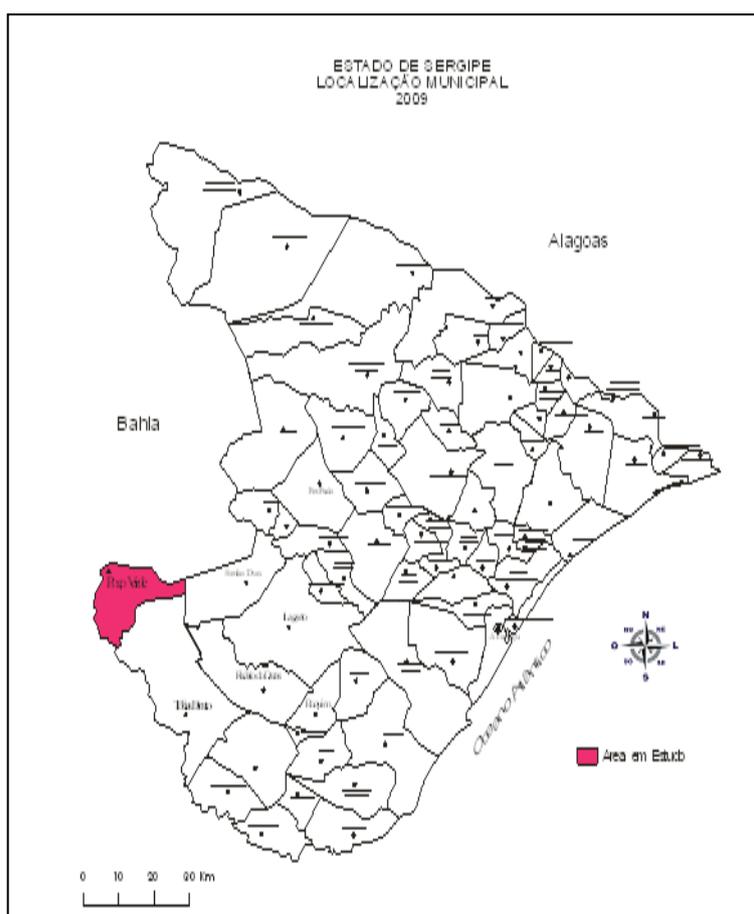


Figura 1- Mapa do estado de Sergipe
 FONTE: Jica, 2000. ORGANIZAÇÃO: Alberlene Ribeiro de Oliveira, 2009.

A agricultura apresenta um papel de suma relevância na economia do país, pois permanece sendo responsável pela alimentação da população. Segundo Diniz (1986, p.19) “a agricultura é extremamente diversificada, apresentando-se em condições muito diferentes de uma área para outra, e até de uma propriedade para outra vizinha”.

Dessa forma, o autor enfatiza que a agricultura é complexa e se distingue de uma área para outra devida os fatores econômico, social, cultural e histórico, pois existem locais que ainda utilizam técnicas tradicionais e outros com tecnologia avançada no campo.

O município de Poço Verde apresenta realidades distintas no campo, camponeses que desenvolvem as atividades agrícolas baseadas na pequena produção familiar, que têm a terra como condições básicas para sua existência empregando sistema tradicional de produção, com utilização de enxadas, arado, foice, carros - de-boi, com uso de pouca ou nenhuma adubação, mas também há agricultores rurais que utilizam técnicas modernas como as máquinas, colheitadeiras mecânicas, tratores, este alugados de particulares ou de associação, fertilizantes, sementes geneticamente modificados e agrotóxicos. Há também aqueles que não possuem terra, são trabalhadores rurais, sendo submissos ao capital.

Como diz Diniz (1986, p. 217), “os conjuntos agrícolas no espaço estão em constante mudança, os mais rentáveis e eficientes expandindo-se sobre os menos produtivos, transformando-se sob os constantes estímulos provenientes do meio”.

Os cultivos que mais se destaca no município é o milho, além do feijão, a mandioca e abóbora, em menor quantidade que recebe influência do clima quente e seco (semiárido), caracterizado pela presença de secas constantes durante o ano.



Figura 2 – Cultivo de milho na localidade Cacimba Nova, 2010.

FONTE: Trabalho de campo

ORGANIZAÇÃO: Alberlene Ribeiro de Oliveira



Figura 3– Cultivo de feijão na localidade de Santa Maria das Lajes. 2009.

FONTE: Trabalho de campo

ORGANIZAÇÃO: Alberlene Ribeiro de Oliveira

A maioria dos agricultores do município depende de financiamento no banco através dos programas como o PRONAF- (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para a realização dos cultivos agrícolas. A partir da pesquisa de campo foi detectado que a liberação do dinheiro às vezes é tardia, dificultando a realização do plantio. Além disso, as normas exigidas pelo programa acabam sendo uma barreira para o agricultor e alguns não são beneficiados. Nota-se também que há inadimplência dos mesmos nesse programa, no qual ficam impossibilitados de financiar novamente. Dentro deste contexto, é notório que as políticas públicas acabam beneficiando principalmente ao agronegócio, desterritorializando os camponeses para o favorecimento da economia de alta escala. Para Shimada (2005, p.133),

“na lógica da política do atual governo há a constante ênfase dada com relação ao espaço agrário sobre a agricultura familiar, em que o Governo visa à agricultura familiar, não como sinônimo de agricultura de subsistência, mas que está diretamente articulada com o mercado, para produzir o que for viável de comercialização, potencializando-se o trabalho da assistência técnica sugerindo cultivos que se transformem em negócios”.

Assim Souza (2010, p.257-258), ressalta que as Políticas Públicas Agrícolas de Simão Dias e de Poço Verde,

“correspondem ao contexto de ocorrência do processo nacional de implantação sobre o meio rural nordestino dos aparatos produtivo-tecnológicos (insumos, tratores e agrotóxicos) advindos da Modernização Conservadora Capitalista” [...] Os programas de crédito rural devem se destinar a compra de agrodefensivos e de sementes. Isto coloca os instrumentais de crédito dentro da “camisa de força” da promoção dos produtos de valor agregado as multinacionais.

Desta forma, percebe-se que o modelo conservador produtivista incorpora novos usos de instrumentos pautados para atender ao capitalismo industrial sem atender as exigências ambientais e também não estão designados ao processo de inclusão social no território rural, visando apenas à lucratividade para a minoria da população.

Vale destacar a relação clima-agricultura no município de Poço Verde/SE, pois as atividades agrícolas dependem da precipitação para o seu pleno desenvolvimento. Portanto, se não chover não haverá plantação na região e conseqüentemente provocará fome e miséria entre os camponeses.

O processo de irrigação não é uma realidade do município na efetivação dos cultivos de subsistência como o milho e o feijão, deste modo, as condições climáticas são fundamentais neste processo. Entretanto, as irregularidades das chuvas nesta região e as frequentes secas poderão tornar tais lavouras antieconômicas.

A seca ocasiona miséria para a população local que sofre com a falta de alimentos e de água potável; Os agricultores perdem as suas lavouras e os animais acabam morrendo de fome e sede. Para Castro (2003, p. 199) “com as secas desorganiza-se completamente a economia regional e instala-se a fome no sertão”. Todavia, é preciso compreender que a seca é multidimensional, está relacionada a diferentes aspectos, climáticos, histórica política, econômica. O Estado passa a desenvolver uma série de ações assistencialistas de combate à seca, como forma de conquistar o território e manter-se no poder.

O homem do campo precisa compreender as condições climáticas da terra, para assim, fazer um planejamento agrícola, ajustar sua lavoura ao clima e evitar imprevistos indesejáveis.

O calendário agrícola é profundamente ligado à chuva, salvo nos projetos onde a irrigação libertou o camponês das limitações climáticas. Essa liberdade não é assim tão nítida porque, às vezes, as chuvas em demasia prejudicam as áreas hortícolas, naturalmente mais úmidas. (DINIZ, 1996, p.110)

Nesse sentido, é importante levar em consideração o início e o fim das chuvas para realizar o plantio das lavouras do milho e do feijão, devido à baixa latitude da área. Se as lavouras são cultivadas cedo, elas são devastadas; caso contrário deixa de crescer acompanhando o índice ótimo e seu crescimento pode ser interrompido quando as chuvas pararem. Por conseguinte, a normalidade das chuvas na estação chuvosa é de relevância apreciável na agricultura.

O plantio do milho e do feijão geralmente inicia-se entre os meses de março a abril, comumente a partir de 19 de março, dia consagrado a São José. Neste dia, os camponeses acreditam que se ocorrer chuva o inverno será bem-sucedido, caso contrário, ocorrerá estiagem e prejudicará a plantação. Plantam-se milho e feijão entre abril e junho para se ter uma colheita entre junho e agosto. No município só há uma safra por ano, devido às anomalias das chuvas.

É cultivado em sistema solteiro ou consorciado (milho e feijão). Quando o agricultor considera o milho a produção mais importante a EMBRAPA orienta a população de 40000 plantas por hectare, com fileiras espaçadas de 1 m e 4 plantas por metro linear e quando o feijão é avaliado o principal cultivo diminui as fileiras do milho e aumenta a do feijão, ou considerando a mesma importância entre os plantios, recomenda-se espaçamento de meio metro entre fileiras, com duas de milho alternadas com duas de feijão, sustentando-se dez a doze plantas de feijão por metro linear.

O trabalho é realizado tanto pelo o homem quanto pela mulher, o primeiro desempenha serviços mais densos como a preparação da terra e perpassa pela mecanização; a segunda, na maioria das vezes, exerce tarefas mais leves e também é incumbida de trabalho doméstico, no qual prepara o almoço para os trabalhadores. Nesse sentido, os trabalhadores, no cotidiano da produção, são capazes de ampliar as relações sociais, preservar a cultura do grupo e resistência no espaço no qual estão inseridos.

Nos estudos de Almeida (op. cit. p. 71):

O espaço além de ser produto das atividades humanas, tem múltiplas valorizações e caracteriza-se por atributos funcionais, estruturais e afetivos. O espaço pode ser considerado, segundo a autora, o lugar onde os homens e mulheres, ideologicamente diferentes, procuram impor suas representações, suas práticas e seus interesses.

Segundo Castro (2009, p. 152) na unidade de produção camponesa,

“a dinâmica do processo de trabalho e a organização de produção dependem não só das pressões externas, da sociedade mais ampla, como dos arranjos internos que é capaz de promover. O camponês não se vê sozinho com sua família, mas sempre se orienta dentro de uma rede de relações de parentesco, de vizinhança, de territorialidade e alianças políticas, que o permite definir-se enquanto grupo. Faz parte de um universo de valores que o inscreve como classe específica dentro de uma ordem social mais ampla”.

Com o surgimento de maquinários na atividade agrícola surgiram fluxos migratórios campo x cidade, concentração de terras nas mãos dos latifundiários ocorrendo a proletarianização dos trabalhadores rurais e o êxodo rural, em que filhos de agricultores saem do seu lugar de origem e vão à busca de trabalho nas cidades mais desenvolvidas do país, não obstante a falta de incentivo e orientação acerca de melhorias no seu próprio local para amenizar os problemas no campo. Além disso, a

interação dos grupos em ajudar os vizinhos na bata-de-feijão, na colheita do milho, criando assim laços de afetividade e ajuda mútua, foram se perdendo com o avanço do capitalismo. Em contrapartida, deparamo-nos também com acontecimentos culturais e cenário de vivências que não se perderam na memória do povo, como exemplos têm os novenários, a vaquejada, a meladinha e o carnaval fora de época, resgatando a identidade do lugar que tem como base fundamental o vivido, o sentido e o percebido, evocando o simbolismo e os sonhos da comunidade.

Diante das crises de identidade, Claval (2009, p.10), explicita que,

“os problemas do mundo contemporâneo são ligados à globalização, à multiplicação dos contatos entre culturas e as mudanças das territorialidades que resultam dessa dinâmica. Os problemas de exclusão apareceram com a crise contemporânea da ideia de sociedade e das identidades”.

É importante relatar que antes do uso da tecnologia no campo, a colheita era realizada manualmente pelos familiares, parentes e amigos. Atualmente a maioria utilizam as máquinas para esse procedimento. Após a colheita, comercializam o excedente nas feiras ou por intermediários como os atravessadores que compram a preços mais baixos e vende a preços superiores, resultado do modo de produção capitalista que provoca enriquecimento de um pequeno grupo de empresários que destrói a força de trabalho para se expandir. Os produtos são exportados também para vários estados brasileiros como Pernambuco, Paraíba, Bahia, Paraná, Goiás e Minas Gerais.

Foi construído no antigo galpão da Cibrazem, um Centro de Comercialização da Agricultura Familiar (CECAF), idealizado pela Prefeitura Municipal de Poço Verde, em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário. Abrange uma área de 20.261 m², e o galpão foi aumentado de 2.574 m² para 4.866 m², com as necessárias adaptações internas, tendo como objetivo a comercialização agrícola territorial e regional que proporcionarão um maior intercâmbio com os municípios circunvizinhos, condições sanitárias adequadas para a comercialização dos produtos e área de alimentação específica.

Percebe-se que o espaço rural municipal foi sendo modificado nas últimas décadas, onde muitas espécies de vegetação da caatinga foram desmatadas pra expandir as áreas agrícolas e também para criação de animais, que tem contribuído para a

destruição do ecossistema e também para aumentar a temperatura local. Esse modo de produção capitalista explora não somente a força de trabalho do camponês, mas também os recursos naturais.

Considerações finais

Em síntese, o presente estudo buscou compreender as transformações que ocorrem no meio rural, sob a ótica da discussão da territorialidade e do camponês. São importantes categorias e sempre enriquecedores ao desenvolvimento da ciência e que contribuem para o aperfeiçoamento e amadurecimento dos profissionais.

Percebe-se que as sociedades camponesas de Poço Verde/SE no decorrer dos processos históricos ocorreram algumas transformações tanto na sua estrutura familiar quanto no modo de produzir e de se organizar economicamente e também o cultural, pois tiveram que se alocar dentro de uma nova ordem de relações imposta pela sociedade capitalista.

A propriedade camponesa se caracteriza pela sua função social, é terra de trabalho da família, baseado na reciprocidade, costumes e ajuda mútua, já na propriedade capitalista visa à lucratividade e o agronegócio, é terra que explora o trabalhador rural.

Outro fator que chamou a atenção no território rural local foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, um instrumento de financiamento em que a sua distribuição e aplicação dos recursos apresenta-se como um viés concentrador e produtivista. Portanto, é necessário reivindicar ações políticas transformadoras que beneficiem a classe dos camponeses.

Vale ressaltar que o presente trabalho não encerra os estudos sobre as abordagens referidas neste artigo. Ele é apenas o início de um processo de investigação científica, visto que se apresenta como um laboratório para ser estudado e analisado.

Referências

ALMEIDA, M. G. Em Busca do Poético do Sertão. Um Estudo de Representações. In: ALMEIDA, M. G.; RATTTS, A. J. P. **Geografia: Leituras Culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003, pp. 71 – 88.

CASTRO, Bernadete. Voltar à terra: campesinato, territorialidade e globalização. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. CRUZ, Beatriz Nates. **Território e cultura: inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais**. Goiânia, 2009, p. 152-162.

CLAVAL, Paul. Globalização, migrações, inclusão, exclusão: algumas reflexões. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. CRUZ, Beatriz Nates. **Território e cultura: inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais**. Goiânia, 2009, p.10-25.

CINFORM MUNICÍPIOS. **História dos Municípios**. Tiragem: Aracaju, 2002.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **A condição camponesa em Sergipe**. Aracaju: UFS/NPGeo, 1996.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **Geografia da Agricultura**. 2ª ed.- São Paulo: DIFEL, 1986.

MARTINS, José de Souza. **A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária**, In os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, p.151-157 (n° de página baseada na 3ª edição, 1986)

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Agricultura Brasileira: desenvolvimento e contradições**. São Paulo: FFLCH/USP, 1992. (Mimeografado).

PRADO JR, Caio. **A revolução Brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1968.

RAFFESTIN, Claude. **O que é território?** São Paulo: Ática, 1993.

RIVERA, Pabón Jorge Andrés. Configuración de paisajes periurbanos y territorialidades de exclusión sócio-espacial: município de Pereira, Colombia. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. CRUZ, Beatriz Nates. **Território e cultura: inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais**. Goiânia, 2009, p. 197-214.

SACK, R. **Human Territoriality. Its Theory and history**. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, Marcos Aurélio. GAGLIOTTO, Ana Rúbia. Abordagens das dimensões sociais do território. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. CRUZ, Beatriz Nates. **Território e cultura: inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais**. Goiânia, 2009.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **REVISTA NERA – ANO 8, N. 7 – JULHO/DEZEMBRO DE 2005 – ISSN 1806-6755**

SHIMADA, Shiziele de Oliveira. **Do latifúndio e do agronegócio: as novas territorialidades do capital no campo sergipano e as formas em que se reveste o domínio do “Senhor” ao “escravo”**. São Cristóvão: NPGeo/UFS 2010. 212 f.: il.

SOUZA, Luciano Ricardio de Santana. O Desenvolvimento Territorial Rural e as Política Públicas Agrícolas nos municípios Sergipanos de Simão Dias e Poço Verde: Os Territórios Rurais sobre o dilema produtivista e as estratégias de ação coletivo-institucional. In: CARVALHO, Diana Mendonça; ALCANTARA, Fernanda Viana; COSTA, José Eloízio. **Desenvolvimento Territorial, Agricultura e Sustentabilidade no Nordeste**. São Cristóvão: UFS, 2012, p. 245-274.

Recebido para publicação em maio de 2012

Aprovado para publicação em janeiro de 2013